



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES DA MARÉ E
O SONHO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Evanir Ximenes Lima

Rio de Janeiro
2022

Evanir Ximenes Lima

ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES DA MARÉ E E O SONHO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Rosana Morgado

Rio de Janeiro
2022

CIP - Catalogação na Publicação

XL732e LIMA, EVANIR XIMENES
ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES DA MARÉ E O SONHO DA
FORMAÇÃO ACADÊMICA / EVANIR XIMENES LIMA. -- Rio de
Janeiro, 2022.
60 f.

Orientador: Rosana Morgado.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2022.

1. Educação Superior. 2. Direito fundamental. 3.
Acesso. 4. Permanência. I. Morgado, Rosana, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTO

“Que darei eu ao Senhor, por todos os benefícios que me tem feito?”

Salmos 116:12

Agradeço primeiramente ao meu Deus, aquele cujos braços me acolhem nas minhas adversidades. Minha fortaleza, meu abrigo, meu amigo. Ao meu Rei, meu Senhor e Salvador Jesus Cristo!

A minha filha Fabiane, minha preciosa...presente de Deus na minha vida! Por me encorajar a ser melhor a cada dia.

Aos familiares que me apoiaram nessa conquista.

Aos amigos e irmãos que compartilharam comigo desse momento, me ajudando com conselhos e orações para que esse momento fosse real.

A Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro por me proporcionar viver a experiência de ser aluna universitária da melhor universidade

A todo corpo docente dessa academia, que colocaram com minha formação acadêmica, como Andrea Teixeira, Ilma Rezende, Gláucia Lelis, e tantos outros.

Aos amigos que fiz quando fui bolsista da secretaria e da biblioteca do PPGG/UFRJ: Professores Nelson Ferreira, Roberto Lobato, Manoel Couto e outros. As bibliotecárias: Luiza Filgueiras, Leidiane Marinho, Valéria Conceição, Kátia Sotelo e aos meus amigos de balcão Graziella Souza e Levy.

E em especial, aquelas que me auxiliaram para que este trabalho fosse possível. Com muito carinho, respeito e admiração às Professoras: Elaine Martins, Silvina Galizia e Rosana Morgado. Muito obrigada!

SIGLÁRIO

CEASM	CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IPP	INSTITUTO PEREIRA PASSOS
REDES	REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RESUMO

LIMA, Evanir Ximenes. **Ensino Superior: Estudantes da Maré e o sonho da formação acadêmica**. Rio de Janeiro, 2022. Trabalho de conclusão de curso - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O direito a educação é Constitucional, porém este nem sempre é viabilizado a todos. O presente trabalho tem como finalidade conhecer a realidade dos jovens do Complexo Maré que sonham em ingressar no ensino superior e apresentar alguns desafios encontrados por ex-alunos do Pré-vestibular da Instituição Redes de Desenvolvimento da Maré que ingressaram na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para isso, foi feita uma pesquisa sobre o perfil dos moradores da comunidade da Maré, com base nos dados coletados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Foram aplicados questionários aos estudantes do pré-vestibular da Organização Não Governamental - Redes da Maré e foram realizadas quatro entrevistas com jovens moradores da Maré, já ingressos na academia. O objetivo desse trabalho é apresentar a relevância do assunto sobre *acesso e permanência* e contribuir, mesmo que singelamente, no processo de criação de políticas estudantis que auxiliem estes na realização da formação superior. A análise do material permite indicar que as principais dificuldades encontradas pelos jovens são: a precária formação nos níveis iniciais de ensino: fundamental e médio para ambos os grupos analisados e a necessidade de uma política de assistência estudantil para os universitários com a finalidade de garantir sua permanência até a formação, como por exemplo, apoio financeiro e pedagógico.

Palavras chave: Educação Superior, Direito fundamental, Acesso, Permanência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: MARÉ DE DESAFIOS I: O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS FAVELAS.....	15
1.1 URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO NO RIO DE JANEIRO.....	15
1.2 A HISTÓRIA DA MARÉ.....	17
1.2.1 UMA LEITURA DA POPULAÇÃO MAREENSE ATRAVÉS DE DADOS.....	19
1.3 - A HISTÓRIA DA ONG REDES DA MARÉ.....	26
CAPÍTULO II: MARÉ DE DESAFIOS II: EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	29
2.1 - EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DE 1808 – 1980.....	29
2.2 - A CONTRA REFORMA DO ESTADO DA DÉCADA DE 1990.....	32
2.3- POLITICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÓS REFORMA.....	34
CAPÍTULO III: MARÉ DE DESAFIOS III: DO ACESSO A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE...40	40
3.1- PERFIL DOS ALUNOS DO PRÉ VESTIBULAR (DO ACESSO).....	40
3.2 - PERFIL DOS ALUNOS UNIVERSITÁRIOS (DA PERMANÊNCIA).....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	49
ANEXOS:	54
REFERÊNCIAS:.....	57

INTRODUÇÃO

Os dados nacionais e internacionais indicam que a educação é uma das ferramentas que pode contribuir, além de uma formação intelectual, para o prestígio/status social e a mobilidade econômica dos indivíduos. Ademais, numa sociedade onde tudo se transforma cada vez mais rápido, como os meios de produção tecnológicos, espera-se que seus futuros profissionais sejam altamente qualificados.

Neste processo de concorrência individual acirrada, para ganhar uma vaga no mercado de trabalho, cada vez mais exigente, muitos são os que buscam o acesso à formação nas universidades, como um mecanismo de defesa contra o desemprego¹.

Historicamente no Brasil, só quem tinha acesso à formação de nível superior era uma minoria elitizada, Entretanto, até os dias atuais mesmo constando na Constituição Federal de 1988, no Título VIII da ordem social, Artigo: 205 “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, CF, 1988), esse direito não tem sido possibilitado plenamente aos segmentos das classes populares, permitindo-lhes a entrada e permanência nas universidades públicas.

Hoje, mesmo com as chamadas políticas afirmativas de inserção desse segmento nas universidades, e as políticas de ampliação de vagas, muitos são os desafios que esta população, historicamente excluída do acesso aos direitos sociais, enfrenta para garantir a permanência e conclusão do curso. De acordo com SANTOS e SOARES (2010), a baixa qualidade na educação básica, se reflete nas dificuldades que alguns alunos oriundos de classes populares encontram ao ingressar no nível superior:

No próprio âmbito da educação superior é possível observar o elo desumano que existe nesta passagem da educação básica à educação superior. Um grande segmento estudantil cuja herança é não saber dominar um sistema da escrita de forma mais complexa e, por consequência, de não saber também se servir adequadamente da leitura embora alfabetizados. Isto significa que os estudantes ingressam num curso de nível superior vitimados por uma série de lacunas de responsabilidade da educação

¹ Muitos dos alunos entrevistados para esta pesquisa veem na formação superior uma oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

básica – tanto no que toca ao uso da leitura e da escrita quanto à bagagem de conteúdos-, quando se aguarda neste estágio formativo aprendizagem anterior apropriada (SANTOS e SOARES, 2010).

Sem condições econômicas de arcar com um curso de nível básico de qualidade, normalmente ofertado pelas escolas particulares, a maioria dos estudantes das camadas populares², concluem o ensino fundamental e médio em escolas públicas, que são majoritariamente reconhecidas pelo abandono do Estado em prover um ensino de qualidade.

O problema socioeconômico³ afeta não só a formação do ensino básico, mas também gera problemas futuros quando estes jovens vão para o mercado de trabalho. Com baixa qualificação, são nos serviços de menos prestígio social e econômico que encontram, quando encontram, emprego. Além disso, as condições precárias de moradia, saneamento básico, segurança, lazer, saúde e outras dimensões da vida, constantes nas periferias, além de segregar a população local, dificultam o acesso e a permanência quando estes jovens ingressam no ensino superior público. Um estudante entrevistado para este trabalho, quando perguntado sobre que dificuldade tem encontrado na UFRJ, disse que: *“além da ordem financeira, percebi que faltaram matérias dos ensinamentos anteriores (fundamental e médio) e que hoje tenho que correr atrás”*.

Nesta direção, o objetivo desta monografia é identificar e analisar as principais dificuldades encontradas no espaço acadêmico, por estudantes de baixa renda, moradores da Maré e ex-alunos do Pré-vestibular da Instituição Redes de Desenvolvimento da Maré, aprovados Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2013⁴

Os objetivos específicos podem ser descritos da seguinte forma: contextualizar a realidade do objeto de estudo: a Maré e a ONG Redes de Desenvolvimento da Maré; analisar o perfil sócio demográfico dos moradores da comunidade; apresentar a política estudantil de assistência e permanência oferecida aos alunos de baixa renda pela UFRJ, destacando em que aspectos está

² Camadas populares podem ser entendidas como a classe trabalhadora.

³ Socioeconômico é um adjetivo atribuído a toda prática que relaciona situações, circunstâncias e aspectos que afetem tanto a ordem social como a economia de um local ou região. Segundo o site: <https://www.significados.com.br/socioeconomico/#:~:text=Socioecon%C3%B4mico%20%C3%A9%20um%20adjetivo%20atribu%C3%ADdo,de%20um%20local%20ou%20regi%C3%A3o.>

⁴ Estes anos foram escolhidos, por terem sido os anos de início da elaboração deste trabalho, infelizmente interrompido à época por questões pessoais.

relacionada ao perfil sócio demográfico dos moradores da Maré e as dificuldades para sua permanência no ambiente acadêmico.

A motivação para pesquisar o tema surgiu com base em minha própria história pessoal. Sou moradora da Maré e sempre estudei em escola pública. Nasci em uma família de nordestinos que veio para o Rio de Janeiro na década de 1980 em busca de melhores condições de vida. Filha de pais que nunca puderam ir à escola, pois ajudavam a família na roça ou no cuidado de casa, que os impediram de tal direito. Caçula dentre dez irmãos, fui a segunda a cursar o ensino superior (e a única até o momento numa Instituição Pública Federal). Meu irmão, o sétimo na ordem de nascimento, foi o primeiro a entrar numa universidade. Cursou matemática numa instituição privada e ao término desta, transformou-se em minha referência. Primeiro porque conseguiu ascender socialmente, passou em dois concursos públicos para professor do Estado e em um para o Município optando em ficar apenas no Estado, e com isso me fez sonhar com a possibilidade de oferecer uma melhor qualidade de vida pra minha filha, através do estudo também. Segundo porque ao ter concluído sua graduação, percebi certo “respeito” e um status diferente frente à família e amigos. Isso é compreensível numa família que, dentre dez filhos, oito não conseguiram concluir nem o ensino fundamental. E há uma justificativa para isso, pois trabalhar desde cedo na roça e depois na cidade (Rio de Janeiro) em casas de família, em barzinho, vendendo doces, ou fazendo “carretas” de compras no mercado como formas de contribuir no sustento da família impediu o acesso a estudos superiores. Alguns tentaram trabalhar e estudar, mas não conseguiam dar conta das duas atividades. O exemplo citado da minha família certamente deve ser muito parecido com inúmeras famílias oriundas do nordeste e residentes nas periferias das grandes cidades e, talvez por isso entrar para o “mundo acadêmico” seja o sonho de diversos que buscam essa “ascensão social” e com ela, melhores condições de vida. Principalmente, estudantes de camadas populares, que historicamente foram excluídos do acesso aos níveis superiores de ensino. Isso configura uma expressão típica de desigualdade entre as classes sociais que existe no nosso país.

Sei que além de mim, muitos outros “mareenses” (moradores da Maré) visaram ou visam entrar numa Universidade Pública, que mesmo alvos sucessivos processos de precarização ainda são consideradas as melhores instituições no quesito qualidade do ensino. Porém, é importante destacar algumas dificuldades que

se referem a permanência destes estudantes na Universidade, tais como: deficiências do ensino fundamental e médio público, que deixaram lacunas em matérias importantes para um aprendizado de qualidade; a renda insuficiente para manter-se com gastos de passagens, livros, refeição; possível ausência de uma estrutura familiar que dê suporte financeiro, físico e emocional e auxílio para mães que não têm com quem deixar seus filhos não permitem a permanência nos cursos. Há também àqueles que precisam trabalhar para dar um suporte financeiro para a família. Ou seja, uma série de barreiras a serem enfrentadas para ter o direito de estudar.

Essa experiência me fez buscar conhecer a realidade de alguns alunos da Maré que ingressaram na UFRJ. Tendo como exemplo ou casos que expressam esta realidade um pequeno grupo de ex-estudantes do pré-vestibular social da ONG - Redes de Desenvolvimento da Maré, através de entrevistas e uma pesquisa com alunos deste preparatório.

A hipótese central sobre o assunto aqui abordado é que a política nacional de ampliação de vagas no ensino superior possibilitou o ingresso de alunos de baixa renda⁵ na UFRJ. Porém, esta política que ampliou o ingresso na instituição não criou as condições necessárias de assistência estudantil eficazes para que esse grupo permaneça sem nenhum entrave na universidade. Ou seja, uma política ineficaz pode contribuir na dificuldade dos alunos de permanecerem e concluírem os seus cursos superiores.

A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa exploratória, utilizando as abordagens quanti-qualitativa. Porém, como a quantidade de entrevistas é considerada pequena para uma amostra que seja relevante, os dados obtidos serão expostos como forma de exemplos, relatos pessoais dos entrevistados. O material bibliográfico pesquisado para o embasamento teórico foi constituído por: teses, dissertações, artigos científicos, documentos eletrônicos: legislações, dicionários, publicações periódicas (revistas), entre outros. Foi aplicado um questionário (ver anexo I), com perguntas abertas e fechadas aos alunos do curso pré-vestibular da Redes, afim de conhecer um pouco estes jovens que sonham em ingressar nas Universidades Públicas e saber quais as suas expectativas em relação ao universo

⁵ De acordo com o CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal: consideram-se como famílias de baixa renda, aquelas que possuem renda mensal per capita de até ½ salário mínimo ou que tenham renda familiar total de até três salários mínimos.

acadêmico. Além disto, foram feitas algumas entrevistas semiestruturadas (ver anexo II) realizadas com os discentes da Maré que cursam na UFRJ. Após a coleta dos dados, foram realizadas análises com as referências teóricas abordadas, proporcionando assim reflexões críticas a partir da atual política de educação para esta população.

No que se refere ao primeiro grupo, pretendeu-se saber o que leva esse grupo de estudantes a fazer um curso preparatório e no segundo, a intenção é apresentar seus desafios para a permanência na universidade. Este trabalho deseja contribuir mesmo que singelamente, numa exposição das demandas apresentadas por estes grupos com o objetivo de fortalecer as políticas educacionais para este segmento.

Desta forma, penso que este trabalho é relevante no sentido de conhecer os determinantes que interferem na permanência dos estudantes da Maré na UFRJ. Compreender os desafios e suas estratégias para exercer o direito de estudar e de ter uma formação pública e de qualidade.

Refletir sobre a permanência torna-se relevante na medida em que a principal discussão apresentada no debate sobre o processo de democratização do ensino refere-se preferencialmente às estratégias utilizadas para a inclusão. Vieira, Silva e Oliveira (2010, p. 257).

De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal:

São direitos sociais a **educação**, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, à proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL,CF,1988). **Grifo nosso.**

E logo mais adiante, ressaltando mais uma vez, no Título VIII, da ordem social, artigo 205:

A **educação, direito de todos e dever do estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, CF,1988). **Grifo nosso**

Observa-se que a educação é um dos direitos sociais conquistados no fervor da década de 1980, período de luta pela democracia e pela consolidação de direitos, tendo o Estado como o seu principal provedor.

Porém, a partir da década de 1990, há um reordenamento das funções do Estado, nesse período surge uma forte presença do ideário neoliberal. Depois da crise dos anos 70/80, com o objetivo de aumentar seus lucros, o capital passa a

ampliar a sua presença enquanto provedor de bens e serviços sociais nas políticas públicas, dentre elas a educação de nível superior. Logo no primeiro mandato de FHC, verifica-se uma série de medidas que ampliam o surgimento de IES, principalmente de instituições privadas.

O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos. Em relação ao projeto político pedagógico, operacionaliza a redução de um número significativo de universidades públicas e/ou unidades de ensino a “instituições de ensino de graduação” através da quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas. Em relação ao trabalho docente, evidencia-se a sua intensificação, estimulada pelo número de alunos e turmas nas “instituições e/ ou unidades de ensino” e pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento das IES e/ou unidades com política de pós-graduação e pesquisa já consolidada (LIMA, 2012, p. 9).

Na gestão de Lula da Silva, ocorre um período de intensificação de reformulação da educação superior. Em seu governo (2003-2010), foram implementadas diversas Medidas Provisórias, Leis e Decretos. Dentre estes, temos a medida Provisória 147/03, que vai instituir o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior – SINAPES. Em 2004, foi instituída a Medida Provisória nº 213, que cria o Programa Universidade para Todos – PróUni e em 2005, essa medida passa a ser a LEI Nº 11.096. Esta Lei possibilita a entrada de estudantes em universidades privadas, em troca de isenções fiscais e em 24 de abril de 2007, há a criação do Decreto nº 6.096 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. O art.1º, informa que seu objetivo é “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

De acordo com LIMA (2012), a reforma universitária no governo Lula da Silva, pode ser considerada como “Um processo realizado por um vasto conjunto de ações e que pode ser identificado através de dois grandes eixos temáticos: o empresariamento da educação e a certificação em larga escala”.

É importante destacar que no mandato de Dilma Roussef, com base na aprovação da Lei nº 12.711/12, houve a previsão da reserva de no mínimo 50% de suas vagas nas instituições federais de nível superior, a estudantes que tinham

cursado todo o ensino médio em escolas públicas, apesar de não ter sido colocada imediatamente em prática.

Observa-se que a reforma do Estado tem influído muito na educação superior. Mas com tantas mudanças no âmbito acadêmico, há de se questionar seus motivos. Numa sociedade regida pelo capital é preciso estar atento aos interesses postos em jogo: Quais os interesses por trás destas reformas? Como se relaciona o aumento das vagas nas universidades públicas e possibilidade de permanecer nelas? As políticas adotadas para a permanência dos estudantes das classes populares tem sido eficientes? Este trabalho se propõe a uma reflexão crítica deste e outros questionamentos no âmbito da educação de nível superior.

Para darmos início a essa reflexão dividimos este trabalho em três capítulos: No primeiro apresentamos como surgiram os espaços de segregação espacial e social, como por exemplo, as favelas. O objetivo é demonstrar o quanto a exclusão de direitos deriva também do local de moradia. A partir dela é possível notar as diferenças existentes entre dois grupos: de um lado, uma minoria elitizada residindo em espaços urbanizados e com boa infraestrutura e de outro o grupo segregado que, por não deterem condições financeiras, vão residir em locais com maior precariedade de serviços. Dentro deste capítulo contaremos a origem do complexo da Maré e dados demográficos coletados a partir do senso de 2010 para saber como vivem atualmente a população local.

No segundo capítulo, abordaremos o surgimento do ensino superior no Brasil. As primeiras universidades e cursos criados. As principais reformas ocorridas e um pouco do processo de intervenção nessa esfera nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef. Serão apresentados alguns programas e leis criados por esses governos para intervenção no ensino superior.

No terceiro, e último capítulo, focaremos no público alvo desta pesquisa: os estudantes da Maré. Os que sonham em ingressar no ensino superior público, em especial na UFRJ e aqueles que já estão na academia. Aqui será feita a análise conforme as respostas dos questionários aplicados.

CAPÍTULO 1

MARÉ DE DESAFIOS I: O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS FAVELAS

1.1 URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO NO RIO DE JANEIRO

Elementos históricos contribuem para a compreensão do momento atual. Antes de conhecermos a história da formação da Maré, achamos necessário fazer um pequeno resumo do processo que levou e ainda leva a segregação de determinados grupos sociais desprovidos de poder econômico para suprir suas necessidades básicas como: habitação, saúde, educação, lazer, entre outras.

A necessidade de expansão do capital, fez com que a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX passasse por uma reestruturação do centro do Rio de Janeiro. Neste período foi implementada pelo prefeito Pereira Passos a reforma que levou seu nome: *Reforma Pereira Passos*.

A primeira década do século XX representa, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital. (ABREU, 1987, p.59)

Esta reforma tinha como principal objetivo a modernização da cidade e para isto a população pobre que morava nos cortiços⁶, localizados no centro da cidade, teve que deixar o local, pois não faziam parte do plano do embelezamento que estava sendo executado pelo atual prefeito.

Ao destruir cortiços e desapropriar áreas de acordo com os interesses do capital financeiro e comercial, o bota abaixo⁷, promovido pela Prefeitura impôs duas alternativas aos trabalhadores pobres: viver nos subúrbios e arcar com os custos dos transportes e tarifas urbanas, ou ocupar as áreas ainda não dominadas pelos interesses da especulação imobiliária e da propriedade privada, isto é, as encostas dos morros próximos à *urbi* primordial. Assim, as primeiras favelas começaram a despontar na paisagem urbana carioca. (CEASM, 2003).

Com destruição dos cortiços, alguns desses moradores⁸ passaram a ocupar morros que eram pouco habitados, o que hoje conhecemos como favelas. Entre estes morros estavam o da Previdência, São Carlos, Santo Antônio, entre outros.

⁶ Eram habitações coletivas, consideradas como foco de epidemias, pois eram localizados em ruas estreitas, mal drenadas, pouco ventiladas, de condições insalubres.

⁷ Forma de se referir as demolições feitas pela reforma urbana.

⁸ Segundo ABREU (1987, p. 66), a maioria desta população foi habitar nos subúrbios.

Esta ocupação se deu pela necessidade desta população permanecer perto dos seus empregos. Neste sentido, a destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela, a única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego. (ABREU, 1987, p.66).

O processo urbanístico de um espaço possibilita a sua melhoria. O Estado fornece os meios necessários através de infraestrutura para a sua transformação, tais como: rede de energia elétrica, saneamento básico, criação de rodovias, entre diversas outras. Essa gama de investimento na área urbana valoriza o espaço e atrai o interesse do capital. A terra que é um bem natural, ou seja, que não é produzida pelo homem, passa a ser uma mercadoria e somente uma minoria que detêm poder econômico pode escolher onde e como⁹ viver.

A terra, como a água, o ar, são indispensáveis à vida. São bens da natureza, que foram “transformados” em mercadorias. Afinal não se paga pelo consumo de água nas cidades? Não se paga por um pedaço de terra? Não se paga mais caro por um lote que é servido por rede de água, do que no outro que não é? Não se paga mais caro ainda por um lote de terreno, situado em uma área sem poluição? Bata observa-se os anúncios de vendas de terra/casas para constatar que estes bens da natureza, de uma forma ou de outra, entram no mundo *colorido* das mercadorias e justificam preços diferentes, dependendo da *quantidade* e *qualidade* destes bens da natureza e uma acumulação maior ou menor por parte daqueles que têm tais bens para serem colocados no mercado (RODRIGUES, 1988, p.16).

Já as grandes massas que não possuem condições de arcar com tais custos provenientes da modernização urbana, ficam excluídas destes privilégios e para sobreviver vão habitar nas periferias da cidade, local conhecido por ter uma má infraestrutura.

Ou seja, esta reforma contribuiu também para a formação de uma segregação residencial no espaço urbano do Rio de Janeiro. Isto pode ser observado quando há o interesse de modernização do centro da cidade e a expulsão de quem ali morava. Segundo CORRÊA (1995), existe dois tipos de segregação residencial: a auto segregação e a segregação imposta. Na primeira a classe dominante escolhe as áreas urbanas para habitar e na segunda opção, geralmente lugares de pouca ou nenhuma estrutura, sem interesse para esta classe, ficam para os segmentos que não possuem poder aquisitivo. Configurando assim uma lógica de divisão social do espaço urbano.

⁹ Para consultar sobre as características sobre “onde” e “como morar”, ver CORRÊA (1995).

Em realidade pode-se falar em auto segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas. A segregação assim redimensionada aparece como um duplo papel, o de ser um meio de manutenção de privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva.” (CORRÊA, 1995, p. 64)

1.2 A HISTÓRIA DA MARÉ

A fim de compreendermos os desafios dos estudantes universitários da Maré na caminhada à formação superior, primeiro é necessário conhecermos um pouco sobre a trajetória do complexo da Maré e sua realidade. E como este trabalho está focado em pesquisas realizadas com alunos e ex-alunos da Instituição Redes da Maré, achamos conveniente também explicarmos que Instituição é esta e quais os seus objetivos na comunidade.



Fonte: <http://www.museusdorio.com.br/site/index.php/museus-cidade-do-rio/area-de-planejamento-3/item/88-museu-da-mare>¹⁰

O complexo da Maré é um bairro da zona norte do Rio de Janeiro formado por dezesseis comunidades: Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Conjunto Marcílio Dias, Parque Maré, Parque Roquete Pinto, Parque Rubens Vaz, Parque União, Nova Holanda, Praia de Ramos, Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Salsa e Merengue. De acordo com site do Instituto Pereira Passos, a Maré possui uma população de aproximadamente de 129.770 habitantes (segundo o CENSO 2010) e seu território ocupada uma área territorial de 209.182,93 m². Sua localização geográfica fica próxima a grandes vias como: Linha Amarela, Linha Vermelha, Avenida Brasil e uma

¹⁰ O museu da Maré fica localizado na Av. Guilherme Maxwel, 26 – Rio de Janeiro /RJ – Maré.

aproximação com o Aeroporto Internacional.

Segundo o site da ONG Redes, o termo Maré: tem origem no fenômeno natural que afligia os moradores das palafitas, trazendo sujeira e lama. Seu território foi delimitado em 12 de agosto de 1988 pelo Decreto nº 7.980. Sua ocupação fica a margem da Baía de Guanabara. As primeiras moradias surgiram na década de 1940, em sua maioria formada por migrantes oriundos do nordeste brasileiro que residiam em barracos feitos de palafitas, que aos poucos foram sendo aterrados pela população e pelo poder público. Neste período também, foi criada a Av. Brasil, uma via de extrema importância para a Maré. Esta oferecia oportunidade de trabalho aos moradores da época, que iriam trabalhar principalmente na construção civil. Além, de esta via ser um atrativo para a criação de indústrias na região.

Podemos dividir o processo de crescimento da Maré em duas partes:

- Na primeira parte, temos os primeiros núcleos de habitação feitos pelos próprios moradores. Surgem neste momento as comunidades: Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Conjunto Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque Roquete Pinto (1955) e Praia de Ramos (1962).
- Na segunda parte de crescimento do bairro, houve a participação do poder público. Neste período foram criadas as seguintes comunidades: Nova Holanda (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1983), Conjunto Pinheiro (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1989), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000).

O primeiro período apresentado acima vai de 1940 a 1980. Nesse momento, as aflições que atormentavam o cotidiano dos moradores era o medo das remoções por parte do Estado. Foi um período onde havia um controle sobre a população mareense, este “controle” estatal, era feito através de policias, exército e até por instituições como a Fundação Leão XIII. A população local havia criado laços com os vizinhos, e sua situação econômica era de menor custo morando neste espaço, por conta da proximidade do emprego. Estes eram uns dos motivos que levavam os antigos moradores a terem medo das remoções.

Em 1979 foi anunciado um projeto denominado: Projeto-Rio. Um dos objetivos deste projeto era a remoção dos moradores deste local para conjuntos habitacionais, que acabou resultando na Vila do João (1982) e Vila do Pinheiro (1983). Porém, em 1985 foi anunciado o fim do projeto, mesmo tendo ainda obras que não foram concretizadas. Foi a partir de então que os moradores articularam-se e foram

protestar pra que as obras fossem concluídas. Com todo este movimento de lutas, na década de 1990, as obras estavam praticamente finalizadas. E no início dos anos 1990 foi criada a Lei nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994, que incluiu o bairro Maré na XXXª Região Administrativa/Área de Planejamento 3. Assim inicia a história do complexo de favelas da Maré.



Fonte: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-03-25/complexo-da-mare-tera-um-militar-para-cada-55-moradores.html>

1.2.1 UMA LEITURA DA POPULAÇÃO MAREENSE ATRAVÉS DE DADOS ESTATÍSTICOS

SEGUNDO O CENSO 2010 – IBGE

De um total de 129.770 habitantes (Censo de 2010), 37.131, ou seja, 28% da população local é composta por jovens de 15 a 29 anos. Desse total a quantidade feminina é superior. São 18.762 mulheres e 18.369 homens.

Os serviços urbanos pesquisados foram: acesso à água, moradia, esgoto sanitário, lixo e energia elétrica. Ressaltando que as informações por eles coletados foi calculada na quantidade e não em cima da qualidade dos serviços. Temos aqui um resumo das informações contidas no Panorama:

SERVIÇOS URBANOS E CONDIÇÕES DE MORADIA

- A- Água:** 99,9% da população tem acesso.
- B- Moradia:** Aqui ocorre uma divisão em: própria, alugada, cedido e outras. 67,2% tem casa própria, 29,9% mora de aluguel, 2,6% residiam em imóvel cedido e 0,3% foi descrito como “outros”.
- C- Esgotamento sanitário:** 97,9% tem acesso.
- D- Lixo:** Há dois tipos de classificação do lixo. O considerado adequado (aquele onde ocorre a coleta do lixo), que ficou com 97,7% e o inadequado (onde ocorre outras formas de destino do lixo) com 0,3%.
- E- Energia elétrica:** Foi constatado que praticamente toda a população possui acesso. 92,2% tem medidor de energia, 6,9% não possui o medidor e 0,9% possui energia através de outras fontes.

Com base nos dados quantitativos expostos acima, as condições de moradia, segundo esta pesquisa, aparentemente são boas¹¹. Porém, isso não garante a qualidade dos serviços prestados. Ao percorrer as ruas e becos locais é possível ver boeios abertos com o esgoto exposto (saneamento precário), postes com fios emaranhados que com chuvas mais fortes arrebentam ou no fervor do verão costumam pegar fogo (eletricidade), praças com brinquedos quebrados sem manutenção (lazer), falta de local adequado para depositar o lixo que muitas vezes fica espalhado nas ruas, causando o surgimento de ratos, entre outros.

SERVIÇOS NA ÁREA SOCIAL

- A- Educação:** Neste quesito foi feito um recorte pelo pesquisador com as seguintes faixas etárias: de 8 a 9 anos, 10 a 14 anos e 15 anos ou mais. O primeiro grupo citado, de um total de 4.390, 88,1% é alfabetizado, enquanto

¹¹ Segundo o site do IBGE: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0, é considerado moradia adequada e inadequada:

Adequada - quando o domicílio atendia a todas as seguintes condições: até dois moradores por dormitório; abastecimento de água por rede geral de distribuição; esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial, ou por fossa séptica; e lixo coletado, diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza;

Inadequada - quando o domicílio não apresentava sequer uma das condições definidas para a condição de adequada.

11,9% não sabem ler nem escrever. O segundo grupo corresponde a um universo de 12.088 crianças, onde 3,4% deste não leem nem escrevem. O terceiro e último grupo corresponde a um total de 96.422 pessoas. 7.440, ou seja 7,7% não são alfabetizados.¹ De todos os grupos etários o do sexo masculino é o menos alfabetizado.

B- Renda per capita: Foram separadas as seguintes faixas de renda: 1/8, 1/4, 1/2, 1, 2 e mais salários mínimos. Do total de domicílios pesquisados, mais de 80% recebem de 1/8 do salário mínimo a 2 salários mínimos. 5,5% recebem mais de 2 salários e 4,7% não tem rendimento ou não informaram.

C- Rendimento dos responsáveis por domicílio: Dos dados apresentados, a maior porcentagem corresponde a 69,4% que ganha entre 1/2 a 2 SM, um total de 28.944 responsáveis por domicílio. A renda maior de 2SM, corresponde a 14,4% e cerca de 14,3% não tem rendimento ou não tiveram essa informação.

➤ EDUCAÇÃO:

Pelos dados apresentados abaixo, no total de 129.770 habitantes, somando todas as quatro divisões, como exposto na tabela (Maré1 a Maré 4), verificasse um número de 42.333 de alunos que frequentavam a escola ou creche. Desse total, 35.448 eram alunos da rede pública de ensino e 6.885 da rede privada. Ou seja, comparando ambas as esferas, nota-se que mais de 80% dos alunos frequentavam a rede pública.

Segundo esta mesma tabela, se compararmos a população total dos habitantes 129.770 com aqueles que nunca estiveram numa sala de aula, que representa 12.043, observar-se que aproximadamente 9,28% nunca frequentaram a escola.

Censo Demográfico 2010 - Resultados Gerais da Amostra por áreas de ponderação

Tabela 3.5.1 - População residente, por frequência a escola ou creche e rede de ensino que frequentavam, segundo as Unidades da Federação, os municípios e as áreas de ponderação – 2010

Unidades da Federação, municípios e áreas de ponderação	População residente					
	Total	Frequência a escola ou creche				
		Frequentavam			Não frequentavam, nas já frequentaram	Nunca frequentaram
		Total	Rede de ensino que frequentavam			
Pública	Particular					
Maré 1	39 260	12 520	10 414	2 106	23 206	3 534
Maré 2	29 082	9 458	7 758	1 700	16 827	2 798
Maré 3	29 352	10 340	9 142	1 198	16 129	2 883
Maré 4	32 076	10 015	8 134	1 881	19 233	2828
Total	129.770	42.333	35.448	6.885	75.395	12.043

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm. Com grifos nossos

A tabela abaixo mostra que quanto maior o nível de instrução, menor o número de alunos. Do total de 42.333 de alunos, 2.295 cursavam o ensino superior (não constando se este era privado ou público) e 294 faziam alguma especialização, mestrado e doutorado. Observa-se também que a soma dos alunos de curso superior: graduação, especialização, mestrado e doutorado, totaliza 2.589, que corresponde a aproximadamente 5% do total apresentado na tabela.

QUANTO MAIOR O NÍVEL DE INSTRUÇÃO
MENOR O NÚMERO DE ALUNO

Tabela 3.5.3 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam, segundo as Unidades da Federação, os municípios e as áreas de ponderação - 2010

Unidades da Federação, municípios e áreas de ponderação	Pessoas que frequentavam escola ou creche								
	Total	Curso que frequentavam							
		Creche	Pré-escolar	Classe de alfabetização	Alfabetização de jovens e adultos	Fundamental	Médio	Superior de graduação	Especialização de nível superior, mestrado ou doutorado
Maré 1	12 520	577	1 082	1 022	225	6 405	2 515	611	83
Maré 2	9 458	700	815	780	101	4 771	1 798	475	18
Maré 3	10 340	575	670	767	167	5 504	2 166	461	30
Maré 4	10 015	408	776	714	150	5 187	1 870	748	163
Total	42.333	--	--	--	--	21.867	8.349	2.295	294

Fonte:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm.

Com grifos nossos.

De um total de 108.451 alunos, apenas 1.545 possuíam o ensino superior completo (ressaltando que não consta na tabela se o curso foi realizada em instituição pública ou privada). Esta quantidade equivale a um pouco mais de 1%. A maioria não possui instrução ou possui o fundamental incompleto, como mostra abaixo, totalizando 60.059. O que equivale a proximadamente 55,3% desse grupo.

Tabela 3.5.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo as Unidades da Federação, os municípios e as áreas de ponderação – 2010

Unidades da Federação, municípios e áreas de ponderação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Nível de instrução				
		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Maré 1	33 056	18 571	6 993	6 654	420	418
Maré 2	24 319	13 838	5 404	4 515	327	235
Maré 3	24 063	14 021	5 322	4 461	189	70
Maré 4	27 013	13 629	6 742	5 964	609	69
Total	108.451	60.059	24.461	21.594	1.545	792

Fonte:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm.

➤ **TRABALHO E RENDA**

As três tabelas abaixo abordam as principais atividades de trabalho da população da Maré. O recorte de idade é de pessoas com 10 anos ou mais. Foram destacadas as cinco profissões que mais sobressaem do total exposto de 59.110 pessoas. Organizado numa ordem decrescente das seis maiores atividades realizadas estão as seguintes:

Em primeiro lugar: com 12.086 a atividade de comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas.

Em segundo: com 7.239, alojamento e alimentação.

Em terceiro com 5.675, os serviços domésticos

Em quarto: a construção com 5.557.

Em quinto: com 5.416, as atividades administrativas e serviços complementares.

EM sexto: estão a indústrias de transformação, com 4.292.

Tabela 3.6.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo as Unidades da Federação, os municípios e as áreas de ponderação – 2010

Unidades da Federação, municípios e áreas de ponderação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Total	Seção de atividade do trabalho principal					
		Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Eletricidade e gás	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Construção
Maré 1	18 118	43	27	1 019	69	79	1 843
Maré 2	12 365	36	-	1 237	-	148	1 173
Maré 3	13 888	23	82	1 023	21	46	1 491
Maré 4	14 739	48	-	1 013	-	22	1 050
Total	59.110	150	109	4.292	90	295	5.557

Unidades da Federação, municípios e áreas de ponderação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência							
	Seção de atividade do trabalho principal							
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades administrativas e serviços complementares
Maré 1	3 922	1 003	2 862	286	148	186	197	1 453
Maré 2	2 292	1 095	1 254	125	51	40	168	975
Maré 3	2 791	1 228	1 141	180	103	66	144	1 850
Maré 4	3 081	1 291	1 982	152	156	80	359	1 138
Total	12.086	4.617	7.239	743	458	372	868	5.416

Unidades da Federação, municípios e áreas de ponderação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência							
	Seção de atividade do trabalho principal							
	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde humana e serviços sociais	Artes, cultura, esporte e recreação	Outras atividades de serviços	Serviços domésticos	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	Atividades maldefinidas
Maré 1	321	540	775	51	412	1 859	-	1 022
Maré 2	297	351	466	106	539	1 111	-	899
Maré 3	196	436	287	164	392	1 244	-	981
Maré 4	437	360	267	165	546	1 461	-	1 134
Total	1.251	1.687	1.795	486	1.889	5.675	0	4.036

Fonte das tabelas acima:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm. Com grifos nossos.

De acordo com os dados apresentados somando todos os grupos etários calcula-se que em torno de 23% destes, não sejam alfabetizados e sua maioria é formada pelo sexo masculino. Porém, ainda assim, são os homens que possuem a renda superior da família, quando comparado às mulheres.

RENDA	HOMENS	MULHERES
Até ½ SM	144	632
Mais de ½ a 1 SM	6.142	7.285
Mais de 1SM a 2SM	10.342	5.175
Mais de 2SM a 3SM	3.158	733
Mais de 3SM	1.775	366

Fonte:: feito pela autora

Ao analisarmos as informações apresentadas pelas tabelas anteriores formuladas no censo 2010 pelo IBGE, destacando educação e trabalho, é possível identificar que a maior parte da população mareense tem pouca escolaridade e exercem atividades de menor status social. São geralmente atividades que exigem menor qualificação educacioanal e maior esforço físico. Considerando que segundo esses dados aproximadamente 80% rebecem 1/8 de salário mínimo per capta.

A escassez de emprego, a pouca qualificação e a necessidade de prover o sustento da família faz com que esses indivíduos sejam obrigados a aceitar o que o mercado lhes oferece. “Ao mesmo tempo que se restringem as oportunidades de trabalho, o acesso ao trabalho continua sendo uma condição preliminar de sobrevivência da maioria da população, alijada de outras formas de propriedade que não seja sua capacidade de trabalho” (Iamamoto, 2009).

1.3 – A HISTÓRIA DA ONG REDES DA MARÉ

A Redes de Desenvolvimento da Maré é uma instituição da sociedade civil que foi criada em março de 2007. Sua formação é resultado do envolvimento de seus fundadores como o movimento comunitário local e com outros movimentos na cidade do Rio de Janeiro. A ação desenvolvida pela ONG busca trabalhar de forma integrada e abrangente com temáticas relativas à cidade e a espaços populares.

Segundo o site da instituição, sua missão é:

Promover a construção de uma rede de desenvolvimento territorial através de projetos sociais comprometidos com a transformação estrutural da Maré e que produzam conhecimentos e ações relativas aos espaços populares, que interfiram na lógica de organização da cidade e combatam todas as formas de violência. (REDES, s/n)

Para a concretização de sua missão institucional, a Redes possui diversos programas/projetos sociais com diversos eixos. As temáticas desenvolvidas por eles são: educação, arte e cultura, mobilização social, segurança pública, desenvolvimento local, comunicação, combate à violência, em suas diferentes manifestações e geração de trabalho e renda. Inserido num destes programas, temos o curso Pré Vestibular, onde diversos alunos da Maré podem reforçar seus estudos para concorrer às vagas nas universidades.

Com base num levantamento de dados, sobre alunos do Pré-vestibular aprovados no período de 2011 a 2013 (fornecidos pelo setor de monitoramento da instituição) em universidades públicas do Rio de Janeiro, percebeu-se que há uma variedade de aprovações em diferentes cursos e áreas de graduação. Entre eles, temos os cursos de Letras, Serviço Social, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Matemática, pedagogia, Geografia, Enfermagem, entre outros. Estes alunos foram aprovados em diversas instituições públicas como a UERJ, UFRJ, UFRRJ e UFF. Dos dados coletados, das relações de aprovados, observa-se que a grande maioria foi aprovada pela UERJ e em segundo lugar de aprovação, temos a UFRJ.

Quadro 1 – aprovações no ano de 2012

2012: 21 cursos aprovados e 24 aprovações		
INSTITUIÇÃO	Nº DE APROVAÇÕES	CURSOS
UERJ	12	Matemática, Enfermagem, Ciências sociais, Engenharia de produção, Serviço Social, Letras, Engenharia Elétrica, Ciências Contábeis e Engenharia Civil.
UFRJ	5	Letras, Ciências Contábeis, Psicologia, Educação Física e Matemática
UFRRJ	3	Letras, Biologia e Física.
UFF	3	Letras, Estatística e Serviço Social.
PROUNI	1	Direito

Quadro 2: Aprovações no ano de 2013

2013: 16 cursos aprovados e 18 aprovações		
INSTITUIÇÃO	Nº DE APROVAÇÕES	CURSOS
UERJ	9	Comunicação Social, Serviço Social, Ciências Sociais, Enfermagem, Química, Psicologia, Ciências Biológicas e Letras.
UFRJ	7	Gravura, Farmácia, Pintura, Ciências da Matemática e da Terra e Dança.
UFF	1	Psicologia
IFF	1	Ciências da Natureza

Fonte: Quadros elaborados pela autora

O complexo da Maré como foi apresentado acima resume a história de uma pequena parte dessa população, que engloba uma grande massa excluída dos benefícios socialmente produzidos, e que é apropriado por uma minoria individualizada.

Esta exclusão é refletiva pelo o ambiente onde vivem e aqui neste trabalho pela educação formal que possuem, isto é, quando possuem. O processo de formação escolar demonstrado aqui se percebe que tipo ocupação no mercado esta população pode ocupar. Geralmente, profissões pouco reconhecidas e pouco valorizadas financeiramente, impossibilitando uma melhor qualidade de vida deste segmento.

No próximo capítulo, iremos abordar a trajetória da Educação Superior no Brasil e o perfil sócio demográfico de estudantes do Pré-vestibular Redes da Maré que almejam entrar numa Universidade Pública.

CAPÍTULO 2

MARÉ DE DESAFIOS II: EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.1 - EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, DE 1808 – 1980

Os primeiros ensaios do ensino superior começaram a se manifestar somente com a chegada da Família Real, que fugia dos ataques Napoleônicos na Europa, em 1808. Segundo SAMPAIO (s/d), os primeiros cursos criados foram: *As escolas de cirurgia e anatomia (uma em Salvador e outra no Rio de Janeiro), e a Academia da Guarda Marinha (Rio de Janeiro). Em 1810, foi Fundada a Academia Real Militar e em 1814, foi criado o curso de Agricultura e em 1816 a Real Academia de Pintura e Escultura.* Na época, os cursos eram voltados para formação de profissões liberais, em escolas superiores isoladas. O ensino era centralizado no controle do Estado. DURHAM (2003) considera tarde a implantação do ensino superior na colônia, e diz que as primeiras universidades somente surgiram na década de 1930. Segundo a autora:

Não houve então nenhuma preocupação e nenhum interesse em criar uma universidade. O que se preocupava era formar alguns profissionais necessários ao aparelho do Estado e as necessidades da elite local, como advogados, engenheiros e médicos. (DURHAM, 2003,p. 194)

No período da proclamação da república (1889) houve uma diversificação do deste ensino. Este foi descentralizado na nova Constituição e a partir daí surgiram às instituições da iniciativa privada e as de cunho religioso. Mantendo ainda o mesmo modelo de escolas autônomas com formação de profissionais liberais.

Na década de 1920, houve um movimento de modernização e isso rebateu na educação superior. Educadores e cientistas propuseram uma reforma deste ensino. Além da criação de mais universidades, eles buscavam inserir a pesquisa e o desenvolvimento de ciências básicas, objetivando um ensino público e não confessional.

Em 1930, na gestão de Getúlio Vargas, época conhecida como Estado Novo houve uma disputa entre as elites católicas e os intelectuais liberais. Nesse momento aconteceu uma retomada da centralização do poder nas mãos do Estado. Criaram-se universidades, porém, sem eliminar as escolas autônomas. A liberdade da iniciativa privada se manteve ainda que sobre a supervisão do governo.

A Universidade Nacional do Rio de Janeiro, a Universidade do distrito Federal (que apesar do nome, localizava-se também no Rio de Janeiro) e a Universidade de

São Paulo foram criadas neste período. Porém, a segunda supracitada não teve êxito e seu tempo de duração foi breve. A terceira inseriu a pesquisa como uma de suas funções básicas.

No período entre 1945 a 1960, conhecido como segunda república, houve a formação de universidades federais, e também a criação de universidades menores como as estatais e municipais e a criação da primeira universidade católica a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Neste período, houve uma demanda por vagas nas universidades, que eram consideradas poucas devido ao contingente e por isso ocorreram pressões por parte do movimento estudantil que buscavam reformas, contestando além da questão do acesso, contestavam o governo. De acordo com DURHAM (2003), a década de 1950 foi marcada por conflitos (tendo o marxismo como uma orientação ideológica) que iam para além do ensino superior, estando também relacionados aos problemas sociais decorrentes da modernização e expansão capitalista.

Neste período surgiu também a União Nacional Estudantil – UNE, que apesar de ter sido incentivada pelo governo de Vargas, não se subordinava a ele. Lutava contra o ensino privado e reivindicavam para o ambiente universitário uma expansão de universidades públicas e gratuitas, com a inserção da pesquisa e lutavam também contra as desigualdades sociais. Surgiu nesse momento um atrito entre o setor privado e o público. Do ensino privado, as universidades católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro apoiavam o movimento estudantil.

[...] por influência do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação, criou-se um setor de esquerda católico, o qual defendia que a salvação das almas devia ser acompanhada ou precedida pela libertação dos pobres e oprimidos de sua condição de miséria e marginalidade política. A alfabetização era considerada um instrumento fundamental dessa libertação e devia ser acompanhada de uma conscientização política. (DURHAM, 2003, p.203)

É importante destacar que com o desenvolvimento do processo de produção do capitalismo monopolista, há uma intensificação da questão social¹², esta que pode ser compreendida como o conjunto de sequelas produzidas pela ordem política, econômica e social, e que são agravadas neste sistema monopolista. É a partir daí, que o Estado passa a intervir na relação entre trabalho e capital, através

¹² Ver nota de rodapé de NETTO, J. P. (1992) p.13.

das políticas sociais¹³ como mediador de conflitos.

Segundo Netto (1992), o Estado opera com a função de preservar o sistema e controlar a força de trabalho. “[...] a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho [...]” (p.27). Logo, a atuação Estatal ao mesmo tempo que responde a uma demanda social através das políticas sociais, escamoteia a origem das mazelas e fortalece a manutenção do sistema.

[...] a criação, pela via de ações públicas, de condições sociais para o desenvolvimento dos indivíduos não exclui a sua responsabilização social e final pelo aproveitamento ou não das possibilidades que lhes são tornadas acessíveis. Eis porque o redimensionamento do Estado burguês no capitalismo monopolista em face da “questão social” simultaneamente corta e recupera o ideário liberal – corta-o, intervindo através de políticas sociais; recupera-o, debitando a continuidade de suas sequelas aos indivíduos por elas afetados. (NETTO,1992,p.32)

Em síntese, o que se compreende a partir das análises supracitadas é que no capitalismo monopolista, o Estado intervindo para a manutenção desse sistema, “oferece” as políticas sociais, estas, porém, são ofertadas de forma fragmentada e focalizada. Ao fornecerem tais políticas, passam a “melhorar” as condições do trabalhador e caso haja um fracasso, o indivíduo assistido por tais políticas passa a ser o próprio responsável pela sua situação e o sistema capitalista passa a ter isenção da culpabilidade das mazelas que são produzidas por ele.

As LDBs – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (1961, 1971 e 1996)

Em 20 de dezembro de 1961, foi publicada a primeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 4.024, pelo presidente João Goulart. Esta levou treze anos para ser aprovada. Alguns pontos importantes abordados nela foram: dar mais autonomia aos órgãos Estaduais, diminuindo a centralização do poder do MEC; regularizou a existência dos Conselhos Federal e Estadual de Educação; definiu a obrigatoriedade do ensino nos quatro anos do primário e 180 dias de ano letivo; Estipulou o orçamento de 12% da União e 20% dos Municípios á educação.

A segunda LDB, foi criada 11 de agosto de 1971 - Lei nº 5.692. Esta foi aprovada no regime militar, pelo presidente Médici. Alguns tópicos desta foram:

¹³ Podem ser compreendidas como ações do governo que visam atender a demandas sociais, diminuindo as desigualdades sociais e fortalecendo o direito a cidadania.

Ensino de primeiro grau obrigatório dos sete aos quatorze anos; ano letivo de 180 dias e 90 dias de trabalho escolar efetivo e núcleo comum para os currículos de primeiro e segundo graus (ginásio e colegial).

A última e atual é a LDB de 1996. Lei n. 9.394. Esta foi aprovada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da educação Paulo Renato. Baseada no direito universal a educação. Alguns tópicos desta lei: incluiu educação infantil com creches e pré-escolas na etapa inicial da educação; garante o mínimo de 18% de gastos do orçamento da União e o mínimo de 25% dos gastos do orçamento dos Municípios e Estados com a educação.

2.2 – A CONTRA REFORMA DO ESTADO DA DÉCADA DE 1990

A reforma do Estado ocorrida na década de 1990, através da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) Nº 173, Tem sido considerada como um retrocesso dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988. Isto porque ela apresenta o Estado, órgão que deveria ser o responsável por tais garantias, como uma instituição atrasada e ineficiente. E para que houvesse eficiência, uma serie de mudanças ocorreram, principalmente colocando o Estado a intervir no crescimento do capital. Segundo Souza (2011) há um redimensionamento das funções estatais, onde este é retraído e subordinado aos organismos multilaterais financeiros, como: o Banco Mundial, o FMI e o BID. Essa mudança consiste seguir os preceitos instituídos na década de 1980 pelos neoliberais do Consenso de Washington¹⁴.

A palavra eficiência aparece constantemente no texto da reforma, sendo talvez a palavra chave para defendê-la. Isto pode ser explicitado em algumas partes no Caderno MARE da Reforma do estado, de 1997, como o exemplo citado abaixo:

O objetivo da reforma é permitir que a administração pública se torne mais *eficiente* e ofereça ao cidadão mais serviços, com **maior** qualidade. Ou seja, fazer mais e melhor com os recursos disponíveis [...]. (BRASIL, 1997, p.7)

Alguns críticos a contrarreforma dizem que esta vai contra as conquistas da classe trabalhadora inseridas na Constituição Federal de 1988.

¹⁴ Realizado nos Estados Unidos em 1989, o Consenso de Washington, foi uma recomendação internacional com o objetivo de “combater as crises” nos países subdesenvolvidos (especialmente na América Latina), com os ideários neoliberais.

Fazendo uma revisão do processo que deu origem à contrarreforma, Oliveira (2011) diz que a esta está vinculada a crise do Estado de Bem Estar Social na década de 1970. Logo após, surge o crescimento do movimento neoliberal nos anos 80 e a partir dos anos 90, para uma reestruturação do capital, surge o movimento que busca uma redução do Estado para o crescimento do mercado.

A reforma do Estado é parte de um processo global de reestruturação capitalista iniciado após a crise do capital nos anos 1970. Com a crise do Estado de Bem Estar, expressão da crise dos anos 1970, emerge com toda a força nos anos 1980 o projeto neoliberal. A resposta neoliberal a crise consistiu na redução do papel do Estado e ampliação da esfera do mercado econômico. (OLIVEIRA, 2011)

Iniciada na gestão Collor, porém foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que ela ganha corpo, sendo criado em 1995 o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

O plano traduziu as reais tendências do governo FHC: privatizar a economia nacional, realizar uma reforma do Estado centrada no funcionalismo público, restringir os direitos previdenciários conquistados historicamente com a finalidade abrandar a crise fiscal do Estado e gerar poupança para alavancar o crescimento econômico. (OLIVEIRA, 2011).

Não é surpresa que nos momentos de crise o Estado seja chamado a intervir e historicamente, esta intervenção é feita de forma a amparar os princípios do capital, cedendo algumas vezes à pressão popular ou coagindo-as para dar estabilidade aos interesses econômicos.

O economista Luiz Carlos Bresser Pereira, defendeu através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, mudanças no Estado nas suas formas de gestão e organização, por meio de uma administração pública gerencial. Nela, o Estado divide-se em setores que são: núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado. E nessa divisão, a educação está inserida nos serviços não exclusivos do Estado.

Segundo Chauí (2003),

[...] Essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado

definiu universidade como uma organização social e não como uma instituição social.

2.3- POLITICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÓS REFORMA

As políticas sociais possuem duas funções: manutenção do sistema capitalista através de políticas públicas - implementadas pelo Estado - com a finalidade de suprir as necessidades básicas dos trabalhadores, tais como: a saúde, habitação, assistência, educação, etc. e a outra representa a conquista da classe trabalhadora, frente a exploração do trabalho. Sua legitimação, expressa na Constituição Federal de 1988 representa uma conquista para os trabalhadores, quando estes passam a ter direitos garantidos por Lei.

O Título VIII da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 expressam os direitos sociais, que compreendem a seguridade social, como: a saúde, a previdência e a assistência social. Estas políticas pretendem garantir aos trabalhadores alguns dos princípios fundamentais citados no Título I, como: a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Abaixo destacaremos algumas ações do que foi e tem sido a política voltada para a educação superior nas gestões de FHC, Lula e Dilma.

GESTÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) - 1995 A 2002

Seguindo as orientações dos organismos internacionais como o Banco Mundial, Fernando Henrique Cardoso (FHC) adota uma série de medidas que vão ao embate dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores na Constituição de 1988. As recomendações desses organismos seguem o ideário neoliberal, ou seja, propõe um enxugamento dos deveres do Estado, para o alargamento da esfera privada.

A crítica ao Estado intervencionista, efetivada pelos partidários do neoliberalismo, e a busca de minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais, pela redução ou desmonte das políticas de proteção, são prescritas como caminho para a retomada do desenvolvimento econômico por meio da reforma do Estado. A defesa ideológica dessa reforma é implementada pelo discurso de modernização e racionalização do Estado, objetivando, desse modo, a superação das mazelas do mundo contemporâneo (desemprego, hiperinflação, redução do crescimento econômico...) e de adaptação às novas demandas pelo processo de globalização em curso". (DOURADO, 2002, p.235)

Seguindo as diretrizes neoliberais, FHC pôs em prática a Reforma do Estado. No tocante a área da educação, foi criada a Lei 9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

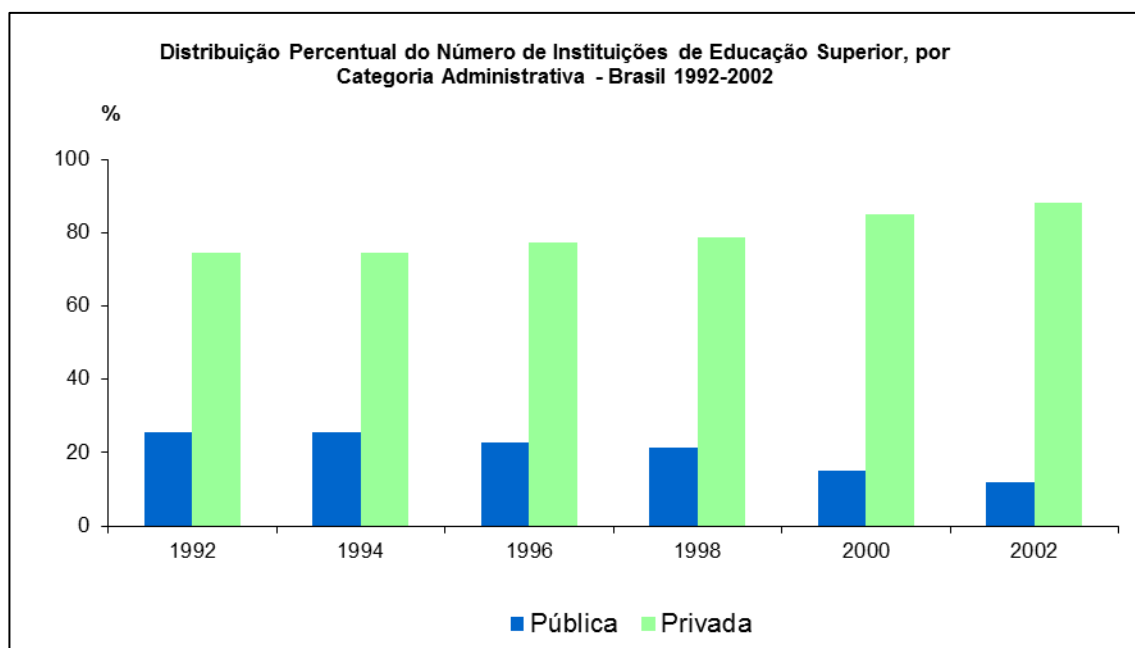
LEI DE DIRETRIZES E BAZES DA EDUCAÇÃO DE 1996.

Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1991-2002					
Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1991	893	222	24,9	671	75,1
1992	893	227	25,4	666	74,6
1993	873	221	25,3	652	74,7
1994	851	218	25,6	633	74,4
1995	<u>894</u>	<u>210</u>	<u>23,5</u>	<u>684</u>	<u>76,5</u>
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	<u>1.637</u>	<u>195</u>	<u>11,9</u>	<u>1.442</u>	<u>88,1</u>

Fonte: INEP/Resumo Técnico 1991/2002.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>

O quadro acima visa apresentar a diferença da distribuição do Ensino Superior na gestão FHC. Os grifos (nossos) os anos de sua gestão servem para demonstrar de forma evidente a grande diferença do número de instituições públicas e privadas. Observa-se que no início (1995) da gestão FHC havia 210 instituições públicas e no final de sua gestão o número cai para 195. Em oposição às instituições privadas, que em 1995 tinha 684 unidades, passando a ter em 2002 1.442 unidades. Ou seja, o número de instituições privadas mais que dobraram na era FHC. No gráfico abaixo fica mais visível a diferença entre o número de instituições ensino público e o privado.



Fonte: INEP/Resumo Técnico 1991/2002.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>

GESTÃO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (LULA) - 2003 A 2010:

Legislações e programas criados:

SINAPES - Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação

Foi um instrumento criado em 2003, com o objetivo de avaliar a educação superior. Apoiava-se em quatro pilares: o processo de ensino; o processo de aprendizagem; a capacidade institucional; a responsabilidade do curso com a sociedade em geral. “Para cada um desses itens será construído um indicador parcial; combinados, esses quatro indicadores compõem um Índice do Desenvolvimento do Ensino Superior – IDES” (ACS, 2003)

PROUNI – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Criado pelo governo federal em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096 de 2005. De acordo com o Art. 1º, o PROUNI

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

UAB - Sistema Universidade Aberta do Brasil

Criado em 8 de junho de 2006, o Decreto nº 5.800. Sua proposta era desenvolvimento da modalidade de educação a distância, expandindo e ofertando a interiorização de cursos e programas para o ensino superior no país. Os objetivos descritos no parágrafo único são:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

REUNI - PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Foi instituído pelo Decreto N. 6.096, de 24 de abril de 2007. De acordo com o Art, 1º deste Decreto, o Programa tem como objetivo: “ [...] criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010 – PNAES

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto nº 7.234, em 19 de Julho de 2010, com o objetivo de promover a igualdade de condições aos estudantes de baixa renda dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, oferece assistência estudantil, como: moradia, alimentação, transporte, saúde e entre outros, visando o combate a repetência e a evasão destes alunos.

De acordo com o Art. 2 do Decreto, são objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O inciso 2 deste decreto, informa que cada Instituição irá definir os critérios e a metodologia para a escolha dos alunos que serão beneficiados.

Tomando como base o PNAES, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (Superst) vinculadas ao gabinete do Reitor, busca a consolidação de uma política de assistência ao estudante que possibilite melhores condições de “acesso, permanência, condições adequadas para bem viver na universidade, bom aproveitamento, aprendizado e excelência acadêmica”. Segundo o site da própria instituição.

SISU – SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA

Foi um programa do governo federal, criado em 2010, na gestão de Lula. Seleciona estudantes para o ensino superior em universidades federais e estaduais.

O requisito básico para se inscrever no Sisu é ter realizado o Enem do ano anterior e não ter zerado a redação. Quem fez o exame como treineiro também não pode concorrer. É a partir da nota do Enem que o candidato poderá pleitear uma vaga em uma universidade. (GUIA DO ESTUDANTE, 2022).

GESTÃO DILMA ROUSSEFF - 2011 A 2016

A presidente Dilma Rousseff, em seu governo adotou medida de continuidade a gestão de Lula. Dilma sancionou a Lei 12.711 de 2012 que reservava 50% das vagas aos estudantes que fizeram integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

As políticas de acesso à educação superior no Brasil têm dado oportunidades aos jovens das classes populares de se inserirem no universo acadêmico, garantindo assim, um direito constitucional. O espaço que antes privilegiava a elite do país, agora passa a ser disputado por uma população que ficava a margem desse direito. SILVA, 2012, informa que a educação é um instrumento emancipatório, contribuindo para o exercício da cidadania. Ainda que nesta sociedade, ela sirva para atender aos interesses do mercado. Ou seja, além de atender a uma demanda do capital, como instrumento de preparo para formação de mão de obra para o mercado, ela possibilita ao indivíduo ter acesso a conhecimentos que o capacite a uma reflexão crítica da sociedade.

Ora a educação é um poderoso instrumento para a formação dos indivíduos. Mas, como já vimos nas sociedades de classe ela é organizada de modo a servir à reprodução dos interesses das classes dominantes. Na sociedade capitalista isto é ainda mais forte e insidioso porque as aparências indicam que uma formação de boa qualidade é acessível a todos, enquanto a essência evidencia que tanto o acesso universal quanto a qualidade não passam de uma falácia. (TONETE, 2006).

Esses jovens que antes mal concluíam o ensino médio, hoje tem visto nessas políticas uma possibilidade de ter uma formação universitária pública, universal e de qualidade. Através disso cria-se uma expectativa de melhora na sua qualidade de vida, pois relacionam a educação como uma ponte para um bom emprego.

De acordo com os dados coletados nas entrevistas, a renda média desses alunos varia de 1 a 3 salários mínimos. Ao serem questionados do porquê de fazer um curso de nível superior, alguns citam que é um sonho a ser realizado e todos repetem o mesmo coro ao dizerem que através de uma formação superior, terão mais chances de conseguir um bom emprego e assim terem “*um futuro melhor*”.

CAPÍTULO 3:

MARÉ DE DESAFIOS III: DO ACESSO A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

O presente capítulo apresenta o perfil dos estudantes do Pré-vestibular da ONG Redes da Maré. Foram aplicados, em 2013, 51 questionários, com as turmas que estavam presentes. Apresentaremos aqui uma pequena amostra do levantamento das informações contidas e mostraremos também alguns dados coletados através de entrevistas com quatro ex-alunos da ONG, que já estão inseridos no universo acadêmico.

3.1 - Perfil dos alunos do Pré Vestibular (do acesso)

Com base na leitura do quadro abaixo, percebeu-se que a maioria é composta por jovens de 16 a 20 anos, correspondendo aproximadamente a 65% dos alunos. Os 35% aqui não demonstrado englobava a faixa etária entre 21 a 60 anos.

De acordo com o quesito sexo, as mulheres eram em maior quantidade. Eram 28 mulheres e 23 homens. Ou seja, representavam mais de 50% da turma. Em relação a cor, 22 se declararam pardos, totalizando 43% . As outras auto declarações foram: negros, brancos, amarelo e um que não respondeu, completando os 57%.

Em relação ao estado civil, 90% disseram ser solteiros. 67% dos entrevistados responderam que moravam com os pais e a renda predominante da família era de até 3 Salários Mínimos (SM). Nesse levantamento, mostrou-se também que mais de 60% só estudavam. Enquanto os outros além de estudar exerciam uma atividade remunerada¹⁵.

¹⁵ Não achamos necessário nessa pesquisa, fazer uma tabela para apresentar em quais comunidades da Maré esses jovens moravam. Porém, como havia essa pergunta no questionário informamos aqui que 14 disseram residir no Parque União, 24 na Nova Holanda, 6 na Rubens Vaz, 1 no Morro do Timbau, 1 na Roquete Pinto, 1 na Baixa do Sapateiro e 4 não informaram.

PERFIL DOS ALUNOS DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL REDES DA MARÉ (51 questionários respondidos)			
Indicadores	Predominância	Total	Porcentagem aproximada
Idade	16 a 20 anos	33 alunos	65%
Sexo	Feminino	28 mulheres	55%
Cor	Pardo	22 alunos	43%
Estado Civil	Solteiros	46 alunos	90%
Com quem reside	Pais	34 alunos	67%
Renda	1 a 3 Salários Mínimos	30 alunos	59%
Atividade Laborativa	Não trabalham	31 alunos	61%

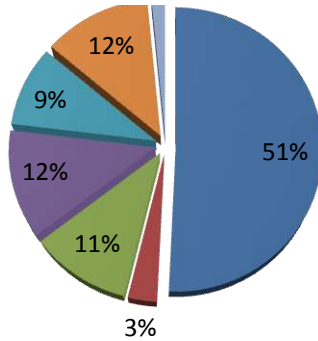
Fonte: feito pela autora

Os gráficos abaixo representam as respostas mais citadas nas questões abertas (qualitativas), que vai do número 9 a 12 do questionário.

Observa-se que aproximadamente a metade dos entrevistados, que corresponde a 51% pretende melhorar seu o conhecimento, isso resulta em 33 respostas. Seguindo uma ordem decrescente, 12% disse que o ensino superior lhe traria uma satisfação pessoal ou a realização de um sonho e outros 12% disseram que gostariam de adquirir conhecimento para “melhorar de vida”. Estes últimos se aproximam dos 11% que disseram que a formação superior contribuiria para a inserção no mercado de trabalho. Uma pequena parte, de 9% responderam que frequentavam o preparatório para entrar numa universidade pública (observa-se aqui, que não é uma universidade qualquer, mas uma pública) e o restante, que corresponde a 3% disseram estar ali por ser um curso “acessível”.

Questão nº 9 do questionário:

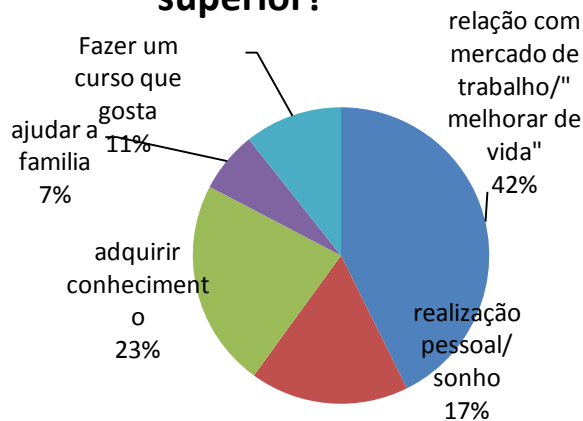
Porque entrou no CPV da Redes?



Percebe-se que a maioria dos que responderam, relaciona o acesso à universidade com ascensão social. Nesse gráfico fica nítido como relacionam educação ao mercado de trabalho, 42% dos entrevistados fez essa relação. Em sequência, com 17 % aparece a realização pessoal e de um sonho. 23 % pretendem adquirir conhecimento e realizar um sonho de cursar uma universidade. 11% pretende fazer um curso que gosta e 7% responderam que com uma formação superior poderiam “ajudar a família”, aqui também há uma ideia de relação entre formação superior a melhores condições financeiras.

Questão nº 10 do questionário:

Porque fazer um curso de nível superior?



Ao analisar as respostas, percebeu-se uma ambiguidade em relação a que curso: o Pré-Vestibular Comunitário ou curso de nível superior que se pretende fazer? Por esse motivo, optamos em fazer um quadro para aglutinar as respostas parecidas e tentar diferenciar as resposta da expectativa com Pré-Vestibular e do curso de nível superior. Usaremos a letra P, para identificar o curso preparatório, a letra U para identificar universidade e P/U para ambas às respostas que servem para as duas instituições.

As respostas dadas pelos alunos cabiam dentro dessas supracitadas. Nota-se que mais de 50% das respostas servem para ambas as instituições.

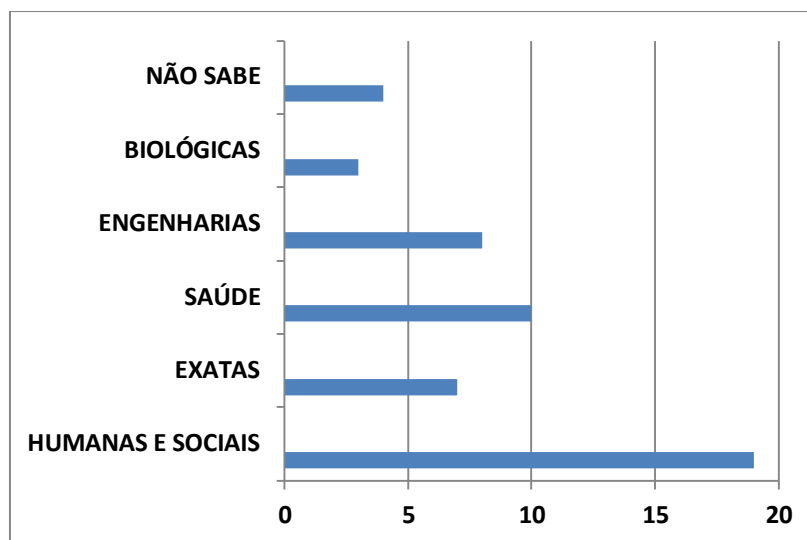
Questão nº 11 do questionário: “Qual sua expectativa com o curso?”

RESPOSTAS	P	U	P/U
1- “Estar melhor preparado”			X
2- “A adquirir Conhecimento e experiência de vida”			X
3 - “Passar no vestibular”	X		
4 - “Aprender sempre mais”			X
5 - “Ajudar para melhorar minha qualidade de vida”.		X	
6- “Muito boa”			X
7 - “Ser alguém na vida”		X	
8 - “Poder aprender ao máximo”			X
9- “Passar em qualquer universidade e realizar um sonho”	X		

Dos 51 alunos do preparatório 19 escolheram cursos relacionados as áreas humanas e sociais, 7 áreas de exatas, 10 área da saúde, 8 engenharias, 3 biológicas e 4 não sabiam ainda que curso iriam fazer.

De todos 35 informaram que escolheram os cursos por gostarem da área, 4 disseram que queriam ser professor, 3 escolheram porque consideram que conseguiriam emprego com mais facilidade e 9 não responderam.

Questão nº 12 do questionário: “Qual curso pretende fazer e porquê?”



Fonte: feito pela autora

3.2 – Perfil dos alunos universitários (da permanência)

Abaixo sintetizamos nesses dois quadros as respostas do questionário aplicado aos estudantes moradores da Maré que já estavam ingressados na UFRJ. Foram no total quatro entrevistados: 3 homens e 1 mulher. As idades variam de 20 a 45 anos. Destes, dois eram casados. A renda predominante era de 1 a 3 Salários Mínimos. Apenas um cursou o fundamental na rede privada. Porém, todos terminaram o ensino médio em escola pública. Os dois que eram casados conciliavam trabalho e estudo.

Todas ingressaram no preparatório da Instituição Redes para ter um suporte das defazagem do ensino médio. O ingresso no ensino superior concilia o sonho e o desejo que ter mais chances no mercado de trabalho. Três deles, já pensaram em desistir do curso, um por necessidade financeira, outros por motivos acadêmicos. Em relação aos realcionamentos com os colegas, disseram que foi tranquilo, mas, um deles informou que um amigo, que era policial, se afastou por saber que morava em comunidade. Alguns informaram que tinham pouco contato com os professores e um inclusive relatou que perdeu nota porque não ter acesso a internet para enviá-lo.

No quesito “dificuldades de permanência” foram unânimes em relatar as dificuldades oriundas da má formação básica a condições financeiras. Quando perguntados se desejariam sair da comunidade, todos relataram que sim, por conta da violência local. Ao serem questionados, se se consideravam uma referência para

os outros estudantes, todos disseram que sim: “Quando falo é aquela euforia. Vai passando esperança”. Outro deseja contribuir para que outros também tenham a mesma oportunidade “Lutei e consegui. Vou dar aula de reforço aqui na comunidade”.

Quadro 1

Perguntas	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4
IDADE	23	45	20	29
SEXO	H	H	H	F
COR	Pardo	Branco	Branco	Negra
ESTADO CIVIL	Solteiro	Casado	Solteiro	Casada
RESIDE EM QUAL COMUNIDADE DA MARÉ?	Rubens Vaz	Nova Holanda	Rubens Vaz	Vila do Pinheiro
COM QUEM MORA ATUALMENTE?	Pais	Cônjuge	Pais	Cônjuge
QUAL A RENDA DA FAMÍLIA?	1 a 3 SM	1 a 3 SM	1 a 3 SM	Não quis especificar
TRABALHA?	NÃO	SIM	NÃO	SIM
ONDE CURSOU O E.F?	Escola pública	Escola privada	Escola pública	Escola pública
ONDE CURSOU O E.M?	Escola pública	Escola pública	Escola pública	Escola pública

Fonte: produzido pela autora

Quadro 2

Perguntas	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4
PORQUE ENTROU NO PRÉ-VESTIBULAR REDES DA MARÉ?	Indicação de amigos que tinham passado. Perto de casa e grátis	Fiquei muito tempo sem estudar. Tinha o desejo de concluir uma faculdade. Já tinha começado numa particular, mas parei porque era muito caro.	Pra facilitar a entrada na universidade ainda mais pra quem veio da escola pública, onde o ensino não é dos melhores.	Senti necessidade diante de provas que fiz

PORQUE FAZER UM CURSO DE NÍVEL SUPERIOR?	Mercado de trabalho	É um sonho e também para conseguir me colocar melhor no mercado	Mercado de trabalho principalmente	Quero crescer na vida e sempre quis ser professora.
ESTA ESTUNDADO EM QUAL UNIVERSIDADE / CURSO /PORQUE O ESCOLHEU?	UFRJ- letras - gostava de português mas o que eu queria mesmo era desenho industrial	UFRJ. Entrei para matemática, mas quero engenharia de produção.	UFRJ. Ciências contábeis. porque sempre gostei de matemática.	UFRJ -Letras- sonho de ser prof. ^a
FOI APROVADO EM MAIS DE UMA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
RECEBE BOLSA AUXÍLIO	NÃO	Sim. Bolsa auxílio.	Sim. Bolsa auxílio	Sim. Bolsa auxílio
JÁ PENSOU EM TRANCAR O CURSO?	Sim. Trancar o primeiro curso para fazer o segundo	No 1º período estava tranquilo, depois tive que parar uma disciplina pra priorizar outra	NÃO	Sim. Muitas vezes. Por dificuldades financeiras
COMO É A RELAÇÃO COM A TURMA?	Eles sabem que sou da maré. Perguntam quando tem tiro. zoam porque moro pertinho.	Tranquilos. São jovens. Eles dizem que sou o "pai" deles. Sabem que sou da maré	Tranquilo. Sabem que sou da comunidade	Boa. Mas senti um afastamento de um colega de quando soube que eu era de comunidade e ele era policial
E COM OS PROFESSORES?	Tranquilos	Temos pouco contato. Eles passam a matéria e vão embora. Alguns nem sabe bem nosso nome	Tranquilo.	Fiquei sem nota porque não consegui enviar o trabalho pela internet
E COM OS TÉCNICOS DA UNIVERSIDADE?	Tranquilos	tranquilo	Tranquilo.	Não tive problemas

TEVE DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA?	SIM. Por conta do ensino médio. Não sabia que português era tão difícil	SIM, de conciliar estudo e trabalho. Porque aqui é muito cobrado, muito diferente do ensino médio. a gente entra com uma visão e é outra coisa	SIM. Por conta financeira e em alguma matérias do ensino básico e médio. As matérias são muito difíceis. Ainda bem que tem monitoria, que ajuda bastante.	SIM, financeira e dificuldades com os estudos.
CONSIDERA-SE UMA REFERÊNCIA PARA OUTROS ALUNOS DA MARÉ	Sim. Mudou muita coisa. Eu nem acreditava que tinha passado pra UFRJ. Quando falo é aquela euforia. Vai passando esperança.	SIM	SIM. Quando digo que estudo na UFRJ as pessoas ficam encantadas	SIM. Lutei e consegui. Vou dar aula de reforço aqui na comunidade
POSSUI PLANO DE MORAR EM OUTRO LOCAL?	Sim. Por causa da violência	Gosto da maré. Sempre morei lá, mas a violência assola a comunidade queria criar meu filho mais seguro. eu sairia sim.	Sim. Tem coisa na maré que me incomoda, como a violência.	Sim. os governos olham muito pouco pra essa área e quero dar um futuro melhor pra minha filha. Principalmente em relação a segurança
GOSTARIA DE ACRESCENTAR ALGO MAIS?	NÃO.	Para os jovens da maré. Pra aproveitar as oportunidades quando eu era novo, a gente não tinha acesso.	Sou a favor das cotas. É uma forma de quem estudou em escola pública entra na Universidade. A gente devia ter um bom ensino público para não precisar delas.	Gostaria de salientar que o trabalho dos assistentes social da universidade é muito legal. na abordagem e no tratamento com a gente.

Fonte: produzido pela autora

Segundo Mandela, “*A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo*”. Considerada um direito fundamental e social a educação contribui para o processo de emancipação humana. Através dela o homem tem acesso ao conhecimento.

Os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas. São todos aqueles que devem repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano – alimentação, habitação, saúde, educação e etc. Dizem respeito, portanto ao direito ao trabalho, a um salário decente, e por extensão, ao chamado salário social, relativo ao direito a saúde, educação, habitação, etc. O que dizer do atendimento desses direitos no Brasil, quando se sabe que a maioria da população se encontra em situação de clamorosa injustiça e pobreza? (MANZINI COVRE, 1995).

A deficiência nos ensinamentos fundamental e médio tem gerado dificuldades na vida acadêmica desses alunos. Primeiro para o acesso ao nível superior e por isso estes vão a procura do preparatório a fim de suprir essa demanda. Para os já ingressos, o sonho não parou no acesso, mas continua até a formação e para isso precisam enfrentar os novos desafios: as dificuldades financeiras que tem sido um obstáculo na permanência dos estudos e de arcar com suas necessidades básicas e a necessidade de ter um suporte pedagógico que os auxiliem no processo de aprendizagem que o ensino superior exige.

Observar-se também, na perspectiva desses jovens, que o acesso à formação superior, para além de adquirir conhecimento pode possibilitar melhores oportunidades no mercado de trabalho, resultando assim numa ascensão social,

Ao analisar os dados coletados nos dois grupos: **os alunos do pré-vestibular** e **os alunos universitários**. Observa-se que ambos repetem as mesmas falas. Vide os exemplos: uma aluna da instituição Redes quando perguntada sobre o motivo que a levou ao preparatório respondeu: “*ser alguém na vida*” e, outra aluna, essa universitária, quando perguntada de o porquê fazer um curso superior: “*Quero crescer na vida e sempre quis ser professora*”.

Logo, entende-se que o sonho do acesso a um curso de graduação está atrelado a necessidade de obter maiores oportunidades de emprego que lhes proporcionem melhores condições de vida e a ideia de ser “*alguém*”, como se a pessoa passasse a existir enquanto cidadão somente quando possuisse uma formação de nível superior, não por ser um ser que já detém esse direito, o que de fato é muitas vezes não reconhecido de forma concreta nesta sociedade discriminativa que qualifica o homem pelo que ele tem e não por quem ele é.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No que tange ao aspecto da segregação urbana pudemos observar como são construídos os diferentes tipos de espaços: O privilegiado ocupado pela elite, ou seja, o grupo que detêm o poder econômico e logo as melhores condições de moradia, infraestrutura e lazer e do outro as camadas populares subalternas, que por não terem recursos ocupam espaços menos providos de condições necessárias para uma habitação de qualidade.

Essa população vai construindo residências nos espaços menos ocupados como encostas de onde surgem as favelas e os bairros populares. Local conhecido pela mídia por sua violência e pelo abandono do Estado, como por exemplo o Complexo da Maré, situado na zona norte do Rio de Janeiro e formado por dezesseis favelas.

Diante do que foi exposto neste trabalho, observa-se que as desigualdades sociais e econômicas são inerentes ao sistema capitalista, um sistema dividido por classes: de um lado a elite, possuidora de poder aquisitivo para reivindicar para si as melhores condições de vida, sejam urbanas, residenciais, escolares, etc. E a outra parte formada por uma massa popular que possui apenas a força de trabalho para sobreviver e por isso é obrigada a viver com aquilo que pode pagar.

Além da separação geográfica, muitas são as mazelas enfrentadas por essas favelas, dentre elas, e o foco dessa pesquisa é no âmbito educacional. A raiz do problema tem origem na má qualidade ofertadas nos ensinos fundamental e médio. Tendo a força trabalho como seu meio de sustendo, os trabalhadores ficam a mercê da vontade de governos que estão mais alinhados ao interesse do capital. Seus direitos são constantemente atacados. Dentre eles, a educação, mais especificamente aqui abordada a educação de nível superior.

A população mareense, segundo o censo de 2010, totalizava 129.770 habitantes. Os quesitos destacados para a pesquisa deste trabalho foram os tópicos: EDUCAÇÃO (instrução escolar) e TRABALHO (ocupação e rendimento).

No primeiro quesito **educação**: os grupos das faixas etárias 8 a 9 anos, 10 a 14 anos e de 15 anos ou mais; observou-se que aproximadamente 23% desses não sabiam ler nem escrever, podendo ser considerados analfabetos. Em relação ao tipo de rede de ensino daqueles frequentavam a escola, mais de 80% estudavam em escolas públicas. Quando apresentado os níveis de ensino, como por exemplo:

fundamental, médio, graduação e especializações superiores, verificou-se que quanto maior o grau de formação, menor o número de alunos. De um total de 42.333 estudantes: 30.216 cursavam o fundamental e médio, enquanto 2.589 estavam na graduação e seus níveis avançados. Ou seja, 6,1% de alunos no nível superior.

A tabela 3.5.4, que aborda o nível de instrução, informa que num total de 108.451 pessoas de 10 anos ou mais, 60.059 não tinham instrução e fundamental incompleto. Nesta tabela, o nível superior completo totalizava 1.545, que consta aproximadamente mais de 1%.

No segundo quesito **trabalho e renda**: pudemos constatar que do total apresentado na amostra 59.110 (tabela 3.6.3) o maior quantitativo de trabalhadores exerciam atividades laborais em áreas de menos prestígio social e exigência escolar, porém, com uso de mais trabalho braçal, conforme nas páginas 22 e 23.

Com base no que foi exposto, alguns estudantes, visando uma nova realidade com melhores oportunidades procuram instituições que ofereçam suporte educacional como o pré-vestibular Redes da Maré, a fim de concorrer as vagas nas universidades públicas, com o objetivo de se qualificar e ascender socialmente. No período desta pesquisa, nos anos de 2012 e 2013, a instituição colaborou em algumas aprovações com alunos ingressando nas universidades: UFRJ, UERJ e UFF.

O direito a educação vem sendo afetado constatemente, com todas as reformas implantadas pelo Estado, como já citadas no capítulo II deste trabalho. Chauí (2003), informa que educação deixa de ser um direito e passa a ser serviço que pode ser ofertado pelo setor privado.

No que tange ao ensino superior, na gestão de FHC, isso pode ser verificado com maior nitidez pela quantidade de criação de cursos na área privada de ensino.

Nas gestão de Lula, com a criação de alguns programas, e decretos, os estudantes da classe trabalhadora tiveram mais oportunidades de ingresso, ainda que com os problemas da permanência. Tendo o setor privado, também, ganhado parceira quando ofertava vagas em seus cursos em troca de isenções fiscais. Na gestão de Dilma, houve uma continuidade dos projetos do governo anterior e a criação da Lei 12. 711/2012 que reservava 50% de vagas nas instituições federais aos estudantes que tinham concluído o ensino médio integralmente na rede pública.

O foco de nossa pesquisa foi esses dois grupos de estudantes da Maré: os pré-vestibulandos que sonhavam com o ingresso na academia e os que já estavam

inseridos nela. Pudemos perceber através das pesquisas que a ascensão social financeira era um busca primordial, pois com o mercado altamente competitivo, era através da formação que pretendiam alavancar suas chances de concorrência e melhoria de vida.

Através dos dados coletados no questionário aplicado no preparatório, observamos que o perfil predominante desses estudantes era de: jovens na sua maioria do sexo feminino, que se declaravam pardos, um grande grupo de solteiros que residiam com os pais e possuíam uma renda familiar entre 1 a 3 Salários Mínimos e a maioria não trabalhava. Investiam seu tempo estudando para correr atrás do “tempo perdido”, ou melhor, do que não conseguiram enquanto estavam no colegial. Jovens sonhadores que buscavam adquirir o conhecimento necessário para serem aprovados e ingressarem numa universidade e através dos estudos. Tinham como propósito melhorar de vida, a realização pessoal e ajudar a família.

O outro grupo foram os universitários, só foi possível na época fazer entrevista com quatro discentes. Eles tinham entre 23 a 45 anos. Eram três homens e uma mulher. Metade eram casados e trabalhavam. Apenas um fez o ensino fundamental na rede particular e todos cursaram o ensino médio em escolas públicas

Encontravam-se felizes por realizar o sonho de se ingressar no espaço acadêmico. Relataram que se sentiam referência para outros jovens mareenses e que isso era bom, pois os motivava e trazia esperança aos outros. Porém, também encontraram entraves na universidade. A entrada foi apenas o começo de uma jornada. As dificuldades vieram com as matérias, um deles relatou que havia ficado sem nota pois o trabalho deveria ser enviado pela internet, e ele não tinha acesso a época. Outro relatou que teve de excluir uma disciplina para focar em uma mais difícil. Um já pensara em trancar o curso, por dificuldades financeiras. Em relação aos relacionamentos, a maioria informou que não tiveram problemas com os colegas de turma, inclusive eles sabiam que eram moradores da Maré. Apenas uma relatou que houve um afastamento de um amigo que era policial, quando soube onde ela morava.

Com esses relatos, observamos a necessidade não apenas de oferecer o acesso mas, também, possibilitar condições da permanência e conclusão dos cursos. É necessário a criação políticas públicas estudantis que supram essas demandas para que esses sonhos não sejam apenas sonhos, mas a concretização

de direitos.

Com o objetivo de responder a essas demandas estudantis, foi aprovada na UFRJ pelo Conselho Universitário (Consuni) a Resolução nº02/2019 que aborda a Política de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (Proas/Pr7). O modelo adotado abrange uma série de medidas composto por dez programas que atenderão em diferentes áreas. Entre elas, está o apoio pedagógico (como apresentado acima como uma das demandas pelos estudantes da Maré), além de alimentação, transporte e moradia. Essas áreas serão atendidas em forma de serviços e auxílio financeiro.

Segundo a esta Resolução, o capítulo II, aborda os princípios e objetivos que são: O Artigo 4º que fala dos princípios:

Art. 4º Os princípios que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro são:

I – O respeito à dignidade dos estudantes, vedadas todas as formas de discriminação;

II – A afirmação da educação como um bem público social, laico, gratuito e democrático;

III – O compromisso com a ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior;

IV – O compromisso com as necessidades sociais dos estudantes que lhes garantam efetivas condições de acesso, permanência e conclusão visando a inclusão, o reconhecimento e o respeito à diversidade étnica, cultural e de gênero;

V – A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

VI – A justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação;

VII – A gestão democrática e transparência na execução dos recursos, benefícios, ações, programas e projetos da Assistência Estudantil, bem como nos critérios para a obtenção e manutenção dos mesmos.

E o artigo 5º dos objetivos:

I – Ampliar as condições de permanência de estudantes, contribuindo para a conclusão dos cursos na perspectiva da inclusão social, da rigorosa formação científica, histórica, cultural, artística e da democratização do ensino;

II – Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas e uma formação técnico-científica, humana e cidadã de qualidade;

III – Contribuir para a redução das taxas de evasão, reprovação e retenção por meio de medidas que atenuem os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;

IV – Contribuir para a construção dos meios necessários para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes e assegurar sua integração à vivência universitária;

V – Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes,

abrangendo condições econômicas, sociais, políticas, culturais, físicas, de saúde e pedagógicas.

Na atual conjuntura a educação superior vem sofrendo mais ataques quando é descredibilizada pelo atual governo Jair Messias Bolsonaro. Governo que incentiva o armamento ao invés de do uso de livros. Abertamente defensor do período de ditadura de militar. Faz duramente críticas ao ensino superior caracterizando o como espaços de doutrinação e desconsiderando as universidades públicas como centros de pesquisas e extensão.

A mercantilização do ensino básico, o desfinanciamento das universidades públicas, a estigmatização das mesmas como espaços de “balbúrdia” e de saber ideologizado são amostras concretas do atual projeto de governo de Bolsonaro. Na defesa deste viés, o governo condena a liberdade de expressão, o ensino crítico e o projeto de uma educação pública, gratuita e para todos, dificultando possibilidades de organização e mobilização desses setores. Não há, dentro de uma perspectiva ultraneoliberal, espaço para tais conceitos e práticas pois ela se opõe a própria concepção de uma educação ampliada que visa formar indivíduos pensantes. (CISLAGHI; *et a.*,2019, p.6).

A educação deve ter a função de ir além do desenvolvimento econômico de um país, ela precisa formar profissionais que venham exercer suas atividades com qualidade e competência; ser um instrumento de emancipação humana, com o objetivo de criar seres pensantes capazes de compreender os movimentos da sociedade e intervir nesta sempre que for necessário para a defesa dos direitos já conquistados na Constituição federal de 1988.

ANEXO nº 1:

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

(Para alunos do Pré-Vestibular da Redes - Maré)

1. Idade:_____.
2. Sexo: Masc. () Fem. ()
3. Cor:
() Negro/a () Pardo(a) () Amarelo(a) () Indígena
() Branco(a) () Mulato(a) () outro
4. Estado civil:
() Solteiro(a). () Casado(a) () Viúvo(a) () outro

5. Em qual comunidade reside Maré)?_____
6. Com que mora atualmente?
() Pais () Conjugue/companheiro(a) () Parentes
() Amigos () Sozinho
7. Qual a renda da família (Salário Mínimo)?
() até 1 SM () de 3 a 5 SM () de 7 em diante
() de 1 a 3 SM () de 5 a 7 SM () Não deseja especificar () outros
8. Trabalha?
() Sim.
() Não. Só estudo.
() Estudo e Trabalho
() Outros
9. Porque entrou no Curso Pré Vestibular da Redes (MARÉ)?

11. Porque fazer um curso de nível superior?

12. Qual a sua expectativa com o curso?

13. Qual curso pretende fazer? Porquê?

ANEXO nº 2

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

(Para alunos os alunos universitários)

1. Idade:_____.

2. Sexo: Masc. () Fem. ()

3. Cor:

() Negro/a () Pardo(a) () Amarelo(a) () Indígena

() Branco(a) () Mulato(a) () outro

4. Estado civil:

() Solteiro(a). () Casado(a) () Viúvo(a) () outro

5. Reside qual comunidade da Maré?_____

6. Com que mora atualmente?

() Pais () Conjugue/companheiro(a) () Parentes

() Amigos () Sozinho

7. Qual a renda da família (Salário Mínimo)?

() até 1 SM () de 3 a 5 SM () de 7 em diante

() de 1 a 3 SM () de 5 a 7 SM () Não deseja especificar () outros

8. Trabalha?

() Sim. () Não. Só estudo. () Estudo e Trabalho () Outros

9. Onde cursou o Ensino Fundamental?

() Escola Pública () Escola Particular

10. E o Ensino Médio?

() Escola Pública () Escola Particular

11. Porque entrou no Curso Pré Vestibular da Redes (MARÉ)?

12. Porque fazer um curso de nível superior?

13. Esta em qual universidade? Qual curso escolheu? Porquê?

14. Foi aprovado em mais de uma universidade?

() Sim.

Quais? _____

() Não.

15. Recebe alguma bolsa estudantil? Se sim, qual?

16. Já pensou em trancar o curso?

() Não.

() Sim. Porquê?

17. Como é sua relação coma turma?

18. E com os professores?

19. E com os técnicos da universidade?

20. Teve ou tem dificuldades de permanência na universidade?

() Não. () Sim. Qual (is)?

21. Você acha pode ser uma referência para outros estudantes que pretendem cursar uma universidade pública?

22. Possui planos para o futuro, de morar um outro local?

() Não. () Sim. Porquê?

23. Gostaria de acrescentar algo mais?

Obrigada pela participação!

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

BARBOSA, J. L.; SILVA, J. de S.; SOUZA, A. I.(Org.). **Condições de permanência de Estudantes de Origem Popular no espaço acadêmico**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-reitoria de Extensão, 2010.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussum tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

BRASIL. **Contituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 15 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.800**, de 8 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em 08/04/2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 08/04/2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm . Acesso em 23/03/2022.

BRASIL. **Lei nº. 12.711, de 29** de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 08/04/2022.

BRASIL. **Ministério da Administração de Reforma do Estado**. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-search.pl?q=se,phr:%22Cadernos%20MARE%20da%20Reforma%20do%20Estado%20;%22>. Acessado em 06/04/2022

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. Poços de Caldas, MG, out.2003.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Um comparativo entre as LDBs**. Revista Pública, v.21 nº 29,3 de agosto de 2021. Disponível em: <<http://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-l dbs>>. Acesso em 14/04/2022.

CISLAGHI, Juliana Fiuza et al. **Não é uma crise, é um projeto: a política de educação do governo Bolsonaro**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/764/744>. Acessado em: 21/04/2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3.ed. São Paulo: Editora Ática,1995.

COSTA, E.de B.; RAUBER, P. **História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil**. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, MS | v. 11 | n. 21| Jan./Jun.2009. 241.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. Educ. Soc., Campinas, vol.23, n.80, setembro/2002, p.234-252. Disponível em : <<http://cedes.unicamp.br>>. Acesso em 15/09/2016.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Educação superior pública e privada**. Seminário sobre educação no Brasil. Oxford, 2003. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/7superior.pdf>. Acesso em 10/09/2016.

GASPAR, Alberto. **A educação formal e a educação informal em ciências**. Disponível em: http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art14_aeducacaoformal.pdf. Acesso em 22/05/2016.

GUIA DO ESTUDANTE. **Como é que funciona o Sisu**. Site: < <https://guiadoestudante.abril.com.br/sisu-2/>>. Acessado em 17/04/2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 18 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE,2010.

MAGALHÃES, Ferreira Alex. **O direito das favelas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MANZINI COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Braziliense, 2002. – (Coleção primeiros passos; 250).

MEZÁROS, Isteván. **A educação para além do capital**. 2.ed. - São Paulo: boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo, 1992.

(ORG), Jaílson de Souza e Silva. **O que é favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, 1934 - **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle / Luiz Carlos Bresser Pereira**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **As origens da educação no Brasil. Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino**. Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004.

RIO MAIS SOCIAL. Disponível em: < <http://www.riomaisocial.org>>. Acesso em 10/07/16.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

SANTOS. Bruno Lima Patrício dos, SOARES. Lúcia Maria da Silva. **Problematizando a formação no ensino superior: os impactos de uma educação básica precarizada**. Seminário Internacional Inclusão em Educação: Universidade e Participação II; 03 e 04 de maio. Rio de Janeiro: Editora; 2010. Disponível em: <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/livros/anais_do_seminario_UP2_vs_final.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2013.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. **Resolução nº02/2019, de 14 de fevereiro de 2019**. Regulamenta a Política de

Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Conselho Universitário, 2019. Disponível em: [https://politicasestudantis.ufrj.br/images/Institucional/Politica de assistencia estudantil Resolucao 02 2019.pdf](https://politicasestudantis.ufrj.br/images/Institucional/Politica_de_assistencia_estudantil_Resolucao_02_2019.pdf). Acesso em 21/04/2022.
